

Metodologia para aferimento de potencialidade turística: um estudo de caso

Joélcio Gonçalves Soares* & Poliana Fabíula Cardozo**

Resumo: Este trabalho tem como intuito apresentar o estudo que foi desenvolvido no município de Rio Azul – PR, o qual teve por objetivo avaliar seu potencial turístico, por meio da aplicação da matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006). A pesquisa se deu em duas etapas, com metodologias diferentes. Na primeira ocorreu a revisão de literatura, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, levantando estudos que fossem pertinentes, no que se referia a dar embasamento ao trabalho; a segunda foi em campo, onde ocorreu a aplicação dos formulários de avaliação propostos pela matriz de avaliação. Os resultados alcançados apontam a comunidade com potencialidade turística baixa, tendo em vista as deficiências apresentadas, que refletem a atividade turística incipiente.

Palavras-chave: Avaliação de potencial turístico, planejamento turístico, localidades receptoras.

Methodology for benchmarking of tourism potential: a case study

Abstract: This paper aims to present the study that was conducted in the city of Rio Azul - Paraná State, Brazil, which aimed to evaluate its tourism potential, by applying the matrix to assess the tourism potential of localities receiving de Almeida (2006). The research took place in two stages, with different methodologies. The first was a review of literature by searching bibliographic and documental, which aim relevant studies, referred to give the basis to research; the second was on the field, where occurred the application of evaluation forms proposed by the evaluation matrix. The results indicate the community with low tourist potential in view of the deficiencies presented, which reflect the incipient tourism.

Key words: Assessment of tourism potential, tourism planning, receiving localities.



* **JOÉLCIO GONÇALVES SOARES** é Mestrando em Gestão do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Bolsista CAPES; Bacharel em turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO; Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Rio Azul-PR (Gestão 2011-2012).



** **POLIANA FABÍULA CARDOZO** é Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Paraná-UFPR - Brasil / UniMainz, Alemanha; Bolsista CAPES PDEE. Bacharel e Mestre em turismo (Unioeste/UCS). Docente e pesquisadora continuada do curso de turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO/Irati-PR.

1. Introdução

A construção deste trabalho se principia na breve reflexão, que diz respeito à necessidade do planejamento turístico e do conhecimento das realidades locais para o melhor andamento da atividade turística, além da importância de mensurar o potencial turístico de uma localidade tida como turística ou potencialmente turística, com a finalidade de conhecer suas peculiaridades, baseando-se em dados, advindos de trabalhos confiáveis.

Assim sendo, avaliar o potencial turístico de localidades receptoras, para melhor ordenar as ações de planejamento (tanto em nível estratégico, como tático e operacional), torna-se imperativo para seguir com metodologias eficientes do planejamento. Este trabalho quando realizado com critérios e metodologias eficientes, pode vir a apresentar a sistematização efetiva e prática da atividade no que concerne ao uso das suas possibilidades reais, e ao desenvolvimento de planos, programas e projetos, com foco no que realmente o município dispõe, ou se apresenta ou não interesses referentes à atividade.

Muitos gestores do turismo em seus discursos asseveram acerca do indiscutível potencial para o turismo que sua localidade possui, na maioria dos casos de forma não fundamentada, em alguns sem sequer saber a que estão se referindo. Esta falta de conhecimento por parte dos envolvidos no *trade* turístico, quando mencionam termos e conceitos específicos do turismo, motiva inúmeras distorções sobre as terminologias, que poderiam inexistir se todos os envolvidos tivessem ciência do que se trata cada vocábulo. No entanto, como se pode dizer que um município possui potencial turístico se não foi efetuada nenhuma pesquisa que

permitisse tal afirmação? O que seria efetivamente potencial turístico? Com base nesta inquietação é que se apresenta este trabalho, que teve por objetivo realizar avaliação do potencial turístico do município de Rio Azul-PR¹, por meio da aplicação da matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006). Este trabalho, diz respeito a uma etapa do estudo diagnóstico, e se dá com base no inventário da oferta turística do município.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, a mesma foi dividida em duas etapas metodológicas, que se deram da seguinte forma: na primeira, ocorreu a pesquisa em profundidade sobre os temas emergentes ao trabalho. Para tal utilizou-se como procedimento metodológico, pesquisa de dados em fontes secundárias, valendo-se, para tanto, de consulta documental e bibliográfica, para obtenção de informações tanto de caráter qualitativo, quanto de caráter quantitativo disponível.

Na segunda etapa, efetuou-se a caracterização do município, com base em dados secundários, registro fotográfico, e aplicação dos formulários de avaliação, onde estavam dispostos os elementos a serem avaliados e os parâmetros a serem seguidos.

2. A avaliação de potencial enquanto fase do planejamento turístico

O planejamento se configura enquanto um fator primordial, no desenvolvimento de qualquer atividade, tendo em vista a organização e

¹ O município localiza-se nas coordenadas 25° 43'58" de latitude sul, 50° 47'47" de longitude oeste, tendo como municípios limítrofes, Irati ao norte, Mallet e São Mateus do Sul a sul, Rebouças a leste e Inácio Martins e Cruz Machado a oeste. Está a 183,5 km de Curitiba a Capital do Estado (IPARDES, 2010).

ordenação de ações, visando ao seu implemento e controle sobre seus resultados. Ruschmann, (2004, p. 83) dispõem de forma clara e sucinta que planejar “é a atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”. Já Barretto (2005, p. 30) dispõe que o planejamento é “[...] um mecanismo orientado para um futuro desejado, com os meios efetivos para tornar este futuro uma realidade”, ou seja, para as autoras o processo parte da premissa da existência de uma intenção, tanto de um órgão público ou da iniciativa privada, de fomentar o turismo em determinado local, porém para isto serão necessárias condições e meios para tal ação, que começa pela existência de recursos com potencial para o turismo, disponíveis e passíveis de desenvolvimento.

Para complementar esta reflexão Petrocchi (2009, p. 2) coloca que o

planejamento do turismo deve considerar todas as formas possíveis de contribuição ao bem-estar dos moradores e desenvolvimento integral do destino. Porque o turismo não é um fim em si mesmo e nos núcleos receptores existem as aspirações da sociedade e outras atividades econômicas.

Sendo assim, nota-se a importância do planejamento, a visão futura que o processo proporciona, fazendo com que muitos problemas sejam solucionados no momento de planejar, assim como em sua implementação, mais um ponto relevante que faz com que seu uso se torne inevitável, pois prima pelo desenvolvimento ordenado da atividade turística. Através de suas fases, pode-se entender as peculiaridades das localidades, e quais são as potencialidades que podem ser trabalhadas, aquelas que devem ser

priorizadas, e as que dependerão de uma gama diferenciada de trabalhos para se efetivarem enquanto atrações para o turismo.

Ao se tratar destes passos, de conhecimento do que se possui em termos de turismo em um município, adentra-se em uma das fases do planejamento, referente a avaliação de potencial turístico.

A problemática da avaliação de potencial de espaços para o turismo vem sendo abordada, mesmo que de forma tímida, por pesquisadores da área de turismo. No entanto são poucos os estudiosos que dispõem de pesquisas aprofundadas sobre o tema, problema que se deve a complexidade do mesmo e a carência de material referente à temática. Outro problema concerne à aplicação dos métodos e efetivação de pesquisas, poucas vezes concretizadas mesmo sabendo da sua necessidade, enquanto ferramenta de ordenamento da atividade turística por meio do planejamento.

Em pesquisa bibliográfica pode-se apontar uma única obra que trata somente sobre técnicas de avaliação de potencial de áreas para o turismo, escrita por Leno Cerro (1993) onde são apresentadas algumas metodologias já existentes, além de modificações feitas pelo autor, por meio de aplicações e outros trabalhos quanto à temática.

No entanto, além da falta de bibliografia, Smith (1992, p. 19) aponta mais alguns problemas que cercam a investigação descritiva de lugares. Para ele, “[...] nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração é um problema complexo e de múltiplas facetas” e que, “embora todos os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não

coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação” (p.19).

Pode-se salientar, que pesa sobre a análise de potencial, a diversidade de recursos que podem e devem ser avaliados, uma vez que cada um apresenta aspectos diferenciados e intrínsecos de acordo com suas tipologias. Outro ponto é o que diz respeito à subjetividade da análise de recursos, a qual como exemplo pode-se tomar as paisagens enquanto atrativo turístico, ou ainda o valor de um atrativo perante outro de características similares, no qual o olhar do planejador é fator determinante no resultado final da avaliação.

Potencial turístico segundo Almeida (2006, p. 216) pode ser entendido como

a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente.

Neste contexto, avaliar o potencial turístico de uma localidade, diz respeito a busca, por meio de argumentos metodológicos, de dados e fatos conferidos e com fundamento científico, que comprovem as particularidades da localidade, estas que darão formas ao planejamento, e nortearão as ações suscetíveis a seu implemento.

Leno Cerro (1993) faz alusão à avaliação de potencial enquanto um ponto-chave no estudo de qualquer localidade, quer seja turística, ou que tenha o desejo de desenvolver a atividade. Quanto ao estudo Leno Cerro (1993, p. 51) aponta, que

Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do

potencial turístico de uma zona, facilitando a identificação daqueles elementos ou atividades que tem um certo poder atual ou potencial para atrair a demanda turística.

Desta feita, a análise de potencial turístico, sinaliza para o planejamento da atividade como critério balizador, tendo em vista a prática de ações futuras nos locais que almejam desenvolver o turismo, sabendo da realidade local e dos desafios a enfrentar, porém utilizando o processo e trabalhando de acordo com as especificidades dos espaços, sem cometer erros que possam afetar a características intrínsecas dos atrativos. Nesta temática, é apresentada na seção que segue, a metodologia de Almeida (2006), que se refere ao trabalho da avaliação de potencial, e que foi objeto de aplicação neste trabalho.

3. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006)

A metodologia foi desenvolvida por Almeida (2006), com base em alguns estudos passados como, a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984 *apud* ALMEIDA 2006, p. 189), uma proposta de Leno Cerro (1993, pp. 42-50), que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística da Organização dos Estados Americanos (CICATUR/OEA). Mesmo tendo por base os estudos já citados, grande parte da matriz foi idealizada por Almeida (2006). A proposta consiste, segundo a classificação de Leno Cerro (1993, p. 53), na tipologia de metodologias de avaliação analítica do potencial de lugares de interesse turístico.

Os itens de avaliação e os respectivos parâmetros de base são os seguintes:

Atrativos turísticos: os pontos são atribuídos de acordo com a atratividade do atrativo em nível internacional, nacional, regional, se atrai por si só ou em conjunto com outros atrativos, ou complementam um de maior hierarquia. A pontuação é de 1 a 5.

Equipamentos e serviços turísticos: efetua-se a avaliação de acordo com a capacidade, estrutura e qualidade dos mesmos. São divididos em: meios de hospedagem, alimentação, equipamentos de entretenimento e outros serviços de uso turístico. A pontuação é atribuída para cada tipo de equipamento, é de 1 a 5.

Infra-estrutura de apoio turístico: a análise se dá com base na estrutura e qualidade dos serviços, e a pontuação atribuída a cada um especificamente é de 1 a 5. São os seguintes: serviços urbanos (abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública, e energia elétrica); sistema de transportes; sistema de comunicações; sistema de segurança; e equipamento médico-hospitalar.

Infra-estrutura de acesso: analisa-se a estrutura existente e as condições de atendimento que está oferecendo à população, com pontuação de 1 a 5, dividida da seguinte forma: acesso rodoviário à localidade; vias de circulação interna; e condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços etc.).

Órgãos de cunho normativo-institucional: divide-se os órgãos para avaliação de acordo com sua abrangência, da seguinte forma: existência e atuação de: órgão oficial de turismo; conselho municipal de turismo; outras organizações não governamentais de fomento e promoção do turismo; e existência e gestão do fundo municipal

de turismo. A pontuação é atribuída de acordo a atuação de determinado órgão na localidade. A pontuação é de 0 (caso inexistente ou não atue) se não for dessa forma será atribuído 2, 3, 4 ou 5 pontos, de acordo com sua atuação.

Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo: pontos a serem avaliados: existência de plano de desenvolvimento turístico/plano diretor de turismo em vigor; existência de legislação turística, urbana, ambiental e/ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação; existência de créditos e/ou de incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico; e inserção do município em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico de âmbito estadual, regional e/ou nacional. A avaliação se desenvolve da seguinte forma: se determinado item citado está em vigor recebe 5 pontos, se existe mas ainda não está em vigor 3 pontos, se inexistente nenhum ponto. Quanto a sua *Comunicação e distribuição* são divididos da seguinte forma para a avaliação: possibilidade de integração do município em roteiros e/ou circuitos; e ações de divulgação. A avaliação destes pontos se dá da seguinte forma: se determinado item citado está em vigor recebe 5 pontos, se existe mas não ainda está em vigor 3 pontos, se inexistente nenhum ponto.

Planejamento turístico participativo: a avaliação é feita referente ao nível de envolvimento e aceitação da comunidade local, nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo. A pontuação atribuída é: 0, 2, 3, 4 ou 5.

Outros fatores: se avalia os que são pertinentes ao processo de planejamento e desenvolvimento turístico da localidade tais como: proximidade da

demanda, de acordo com a distância dos principais centros emissores regionais; disponibilidade de áreas para expansão dos atrativos e equipamentos turísticos e de mão-de-obra em quantidade e qualidade para atender ao turista. A pontuação é de 1 a 5.

Com base na avaliação dos fatores descritos anteriormente, faz-se a somatória de todos os pontos atribuídos a cada parâmetro analisado, e em seguida a média de cada um destes. Tendo em mãos as médias de cada parâmetro, faz-se a soma destas e novamente outra média, ou seja, à

média final, esta apontará qual é o índice de potencial turístico da localidade.

4. Resultados e discussão referentes à pesquisa

Com os resultados atingidos, por meio do cumprimento das etapas metodológicas da pesquisa, foi possível avaliar a potencialidade turística de Rio Azul, proporcionando assim a conclusão sobre o objetivo do trabalho.

Os resultados finais, se encontram descritos na tabela 1 que segue.

Tabela 1 – Resultados da avaliação de potencial turístico

Dimensões	Categorias de Análise	Indicadores	Resultados			
			Nº de itens avaliados	Total de pontos	Médias	
ATRATIVOS TURÍSTICOS	Naturais	Hierarquias dos atrativos	2	5	2	
	Histórico-culturais		4	6	1	
	Atividades econômicas		2	4	2	
	Acontecimentos programados		5	10	2	
SUBTOTAL - DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS			13	25	2	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	Meios de hospedagem - estabelecimentos hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	1	3	3	
		Qualidade dos equipamentos	1	3	3	
	Meios de hospedagem - estabelecimento extra-hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	1	3	3	
		Qualidade dos equipamentos	1	4	4	
	SUBTOTAL - MEIOS DE HOSPEDAGEM			4	13	3
	Alimentação	Estrutura dos equipamentos	8	24	3	
		Qualidade dos	8	23	3	

		equipamentos, serviços e produtos			
	SUBTOTAL - ALIMENTAÇÃO		16	42	3
	Equipamentos de entretenimento	Estrutura/ Qualidade dos equipamentos e serviços	5	10	2
	SUBTOTAL ENTRETENIMENTO		5	10	2
SUBTOTAL - DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS			25	65	3
SUBTOTAL - DIMENSÃO INFRAESTRUTURA DE APOIO			7	20	3
NORMATIVO- INSTITUCIONAL	Estrutura		4	7	2
	Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo		4	6	1
	Comunicação e distribuição		2	3	1
SUBTOTAL - DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL			10	19	2
SUBTOTAL - DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO			1	0	0
SUBTOTAL - DIMENSÃO OUTROS FATORES			3	8	3
TOTAL GERAL*			59	137	2

Elaborada pelos autores (2010)

* Soma de todos os subtotais, para dividi-la pelo número de itens avaliados e assim obter a média final.

Atrativos turísticos: como pode-se observar na tabela 1, o município atingiu média 2, tendo vista as avaliações dos seus atrativos. Cabe ressaltar que a maior hierarquia atingida foi 3, de um intervalo de 1 a 5. Ou seja, o município tem muito ainda a melhorar neste fator, uma vez que os atrativos são as bases para o desenvolvimento da atividade turística. O que se notou mediante a pesquisa, que são muitos os recursos turísticos existentes no município, principalmente os de ordem natural, que por meio de ações de melhora, podem passar a agir como atrativos.

Equipamentos e serviços turísticos: a média atingida foi 3 pontos, tendo em vista a avaliação dos meios de hospedagem, equipamentos de A&B e

equipamentos de entretenimento. A avaliação se deu em duas etapas, sendo uma referente à estrutura, e outra à qualidade dos equipamentos. A pontuação era de 1 a 5. Quanto aos meios de hospedagem, poder-se-ia haver melhora quanto ao número de leitos (estrutura), já que é insuficiente em algumas épocas do ano, quando ocorrem eventos no município. No que diz respeito aos equipamentos de A & B e entretenimento, estão dispendo de condições satisfatórias de atendimento aos visitantes.

Infra-estrutura de apoio turístico: o município atingiu média 3 uma pontuação razoável, sabendo que a pontuação para esta dimensão era de 1 a 5. O que impediu de a média ser superior, foi a falta de um sistema de

segurança bem estruturado, assim como das vias de acesso até a localidade e vias de circulação interna, que também tiveram pontuação baixa.

Normativo-institucional e planejamento turístico participativo: foram avaliadas questões referentes aos órgãos públicos de turismo com atuação na comunidade e suas ações de planejamento e gestão do turismo. Notou-se certo descaso por parte destes, uma vez que não existe nenhum documento de planejamento que esteja em execução, a executar ou em produção, os órgãos atuam de forma tímida, fatos que levaram a atingir a média 1, muito baixa.

Outros fatores: nesta dimensão avaliou-se a distância do município dos principais centros emissores regionais de visitantes, disponibilidade de áreas para expansão dos atrativos e equipamentos e de mão de obra, atingiu-se média 2. Fatos que levaram a tal média baixa foram: a escassez de mão de obra para trabalhar nos empreendimentos hoteleiros e de A & B; e a falta de áreas para expansão tanto para os equipamentos quanto para os atrativos turísticos. O município situa-se relativamente próximo aos principais centros emissores regionais².

A média final tendo em vista as médias de todos os parâmetros avaliados foi 2 pontos, dentro de uma escala de 1 a 5 pontos, apontando para um potencialidade turística baixa. Almeida (2006) não aponta índices de potencial turístico para serem conferidos ao município após a aplicação da metodologia por ele criada. O autor (2006) coloca que o principal objetivo do seu trabalho era testar o instrumento de avaliação, e que não se pretendeu

² Para realizar a avaliação deste fator, foram utilizados dados contidos em: http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/esta_turisticas/Passageiros_2008.pdf

estabelecer um *ranking* de destinações turísticas.

5. Considerações finais

O planejamento sinaliza para o turismo enquanto elemento de base, como sendo aquele que organiza, e faz com que o turismo se desenvolva tendo em vista a realidade e todos os envolvidos. Com esta concepção é que a avaliação de potencial se torna ferramenta indispensável, aquela que orienta o processo, permitindo o conhecimento dos espaços com aptidão para o turismo, para assim poder apontar para os objetivos que nortearão seu desenvolvimento turístico.

A partir do trabalho pode-se observar que em Rio Azul a atividade é incipiente e não ativa. Fatos que levam e estas circunstâncias e foram constatados na avaliação, são a existência de atrações que apresentam poder de atração em nível regional e local, ou seja, são atrativos com baixo poder de motivar fluxos turísticos, equipamentos e serviços com capacidade restrita para atendimento aos visitantes e infra-estrutura de apoio que oferece condições limitadas para atender a própria comunidade local.

No entanto, maior problema reside na falta de instrumentos de planejamento e gestão da atividade, que são indispensáveis, contudo em Rio Azul, são deficientes. Esta situação deriva da posição do poder público para com a atividade, da falta de integração por parte dos envolvidos e também da inexistência de um trabalho ordenado dos órgãos municipais; fatos que ocorrem certamente pela falta de interesse de desenvolver a atividade, que por ora demandaria investimentos, mas que em contrapartida poderia proporcionar benefícios somente em longo prazo.

O município poderia começar a ser planejado no que concerne à atividade, mediante criação inicialmente de pequenos projetos, para posteriormente, se a atividade começar a render entrada de capital, criar um plano de desenvolvimento turístico, com a previsão de ações coerentes de acordo com as possibilidades existentes, para assim de forma ordenada procurar trabalhar com o turismo.

Mas para isso há um grande caminho a ser percorrido, como a busca da participação da comunidade, fazendo com que esta conheça e se interesse, provocando a idéia de que o turismo pode ser uma atividade alternativa, que pode agregar renda e benefícios. É aí que entra a iniciativa privada, que em Rio Azul em sua maioria, apresenta-se estagnada e sem visão para efetuar certas melhorias para atender sua demanda local e regional. Ou seja, haveria que buscar uma forma de incitá-la a melhorar seus serviços para atender a comunidade, e fazê-la pensar em uma demanda futura derivada do turismo, que pode vir a freqüentar seus estabelecimentos, e que eles deverão atender com qualidade e discernimento.

Nesta temática, caberia ao poder público buscar meios para melhorar os serviços de infra-estrutura básica de atendimento a localidade, uma vez que o município poderá ser bom para os que

o vistam ou venham a visitar, a partir do momento em que ele, no que pertence a suas obrigações, oferecer boas condições de sobrevivência a comunidade que nele reside. Sendo assim, cabe ao município refletir através deste e de outros trabalhos, sobre suas possibilidades de desenvolvimento, e quais são as prioridades atuais e se é de seu anseio empreender ações no que concerne a atividade turística.

Referências

- ALMEIDA, M. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. 2006. 234p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papyrus, 2005.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e econômico. **Caderno estatístico do município de Rio Azul**. 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> Acesso em 02.07. 2010.
- LENO CERRO, F. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: Ministério de Industria, Comercio y Turismo, 1993.
- PETROCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- SMITH, S. L. J. **Geografía recreativa: investigación de potenciales turísticos**. México: Trillas, 1992.